



Governo do Distrito Federal
Polícia Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF
AMPLA CONCORRÊNCIA - LOTE 1
UASG - 926016

OBJETO: Registro de Preços (SRP), para eventual e futura contratação de serviços contínuos de preparo, fornecimento e entrega de alimentação pronta, compreendendo café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, destinados aos custodiados do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, localizado no 19º Batalhão de Polícia Militar – Complexo da Papuda, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes neste Edital e seus anexos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 00054-00011586/2026-96

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2026 às 14h00 (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ESTIMATIVA GERAL: PÚBLICO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.053.512,80 (três milhões, cinquenta e três mil quinhentos e doze reais e oitenta centavos)

Torna-se público que a Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, por meio do Departamento de Logística e Finanças - DLF, sediado no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços (SRP), para eventual e futura contratação de serviços contínuos de preparo, fornecimento e entrega de alimentação pronta, compreendendo café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, destinados aos custodiados do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, localizado no 19º Batalhão de Polícia Militar – Complexo da Papuda, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único, formados por 5 itens, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

LOTE	ITEM	REFEIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO
1	1	café da manhã	até 36.360 unidades	R\$ 12,49	R\$ 454.136,40
	2	almoço	até 36.360 unidades	R\$ 22,62	R\$ 822.463,20
	3	lanche da tarde	até 36.360 unidades	R\$ 13,90	R\$ 505.404,00
	4	jantar	até 36.360 unidades	R\$ 19,97	R\$ 726.109,20
	5	ceia	até 36.360 unidades	R\$ 15,00	R\$ 545.400,00
VALOR TOTAL					R\$ 3.053.512,80

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PMDF)

- 2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
 - 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
 - 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
 - 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
 - 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
 - 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
 - 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
 - 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado.(Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art.

198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a PMDF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela PMDF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos deque trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo V deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.10.1. Não será admitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento, conforme item 1.7 do Termo de Referência, anexo I do edital.

2.10.2. É vedada a participação do Órgão ou Entidade Pública nesta licitação caso ele já esteja participando ou tenha feito a adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto deste certame no prazo de validade daquela em que ele esteja incluído, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo

inferior ao máximo demandado pelo Órgão ou Entidade.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, quando do cadastro de sua proposta, declarando assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

- 3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 3.8. Para efeito do disposto no item 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 3.9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 3.9.1. O disposto no item 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:**
- 3.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o lote 1 que compõem o objeto deste edital será destinado à AMPLA CONCORRÊNCIA, conforme previsão constante do Anexo I deste Edital;
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação:**
- 3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 3.11.11. A vedação do subitem 3.11.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.11.12. A vedação do subitem 3.11.10 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.11.13. A vedação do subitem 3.11.10 aplica-se ao Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.11.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.11.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 3.11.16. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 3.11.16.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 3.11.16.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 3.11.17. A vedação de que trata o item 3.11.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.11.18. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.11.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.(Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.11.20. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação virá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Quando o objeto da licitação possuir a previsão de entrega de bens em locais diferentes, é possível a apresentação de proposta com preços diferentes.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. valor unitário, do item e total do lote;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
 - 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item (para SRP, utilizar valor unitário).
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00.
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2.2. empresas brasileiras;
- 6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.24. É facultado ao pregoeiro solicitar a proposta atualizada ao último lance ofertado ou negociada, juntamente com os documentos de habilitação.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

8.2.1.1.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.2.1.1.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.2.1.1.3. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN de sua sede, em observância ao art. 18 do Decreto 84.444/1980.

8.2.1.1.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.2.1.1.5. Licença Sanitária do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 5.027/1966, regulamentada pelos arts. 97 e 98, VII, do Decreto Distrital nº 32.568/2010.

8.2.1.2. Qualificação Técnico-Operacional

8.2.1.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.1.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.2.1.2.2.1. a empresa licitante deverá comprovar sua Qualificação Técnica-Operacional, por intermédio da apresentação de, no mínimo, 1 atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu ou fornece gêneros similares ao OBJETO dessa licitação compatível em características, quantidades e prazos previstos neste Edital.

8.2.1.2.2.2. será(ão) admitido(s) atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) no mínimo 25% do quantitativo do(s) item(ns) o(s) qual(is) a(s) interessada(s) esteja(m) apresentando proposta.

8.2.1.2.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.2.1.2.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.1.2.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.2.1.2.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.2.1.2.7. Declaração de que dispõe de sede, filial ou escritório no Distrito Federal, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com capacidade operacional para receber e solucionar as demandas relativas à presente contratação.

8.2.1.2.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.2.1.2.9. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.2.1.3. Qualificação Técnico-Profissional

8.2.1.3.1. Declaração de que, na data da contratação, o licitante possuirá, em seu quadro de funcionários e prestadores, profissional(is) nutricionista(s) devidamente inscrito(s) no Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, detentor (es) de atestado (s) de capacidade técnica ou certidão(ões), profissionais esses que deverão ser os responsáveis técnicos pela execução contratual.

8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei,

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

8.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

- 8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.
- 8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).
- 8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.
- 8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- 8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças - SPL DALF, sediada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.
- 8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.
- 8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64 e Decreto nº 44.330/2023 art. 135, §3º):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.5. fraudar a licitação;
 - 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no e-mail: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

12.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite decenal, com base no Art. 107 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e sujeito a repactuação.

12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, mediante a aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços Ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

12.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. A Polícia Militar do Distrito Federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 00054-00011586/2026-96)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob Sistema de Registro de Preços (SRP), para eventual e futura contratação de serviços contínuos de preparo, fornecimento e entrega de alimentação pronta, compreendendo café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, destinados aos custodiados do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, localizado no 19º Batalhão de Polícia Militar – Complexo da Papuda, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	CATSER	ITEM	REFEIÇÃO	QUANTIDADE DIÁRIA	QUANTIDADE MÁXIMA MENSAL (A)	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (A) x 12	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO
		1	café da manhã	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades	R\$ 12,49	R\$ 454.136,40
		2	almoço	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades	R\$ 22,62	R\$ 822.463,20

1	3697	3	lanche da tarde	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades	R\$ 13,90	R\$ 505.404,00
		4	jantar	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades	R\$ 19,97	R\$ 726.109,20
		5	ceia	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades	R\$ 15,00	R\$ 545.400,00
	TOTAL GERAL							R\$ 3.053.512,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o disposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Prazo de vigência

1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, uma única vez, mediante comprovação de que a prorrogação é vantajosa para a Administração, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de até 1 (um) ano, contados da assinatura ou da emissão da ordem de fornecimento/execução, podendo ser prorrogados sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade e o interesse da Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da Adesão à Ata de Registro de Preços

1.7. Não será admitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento, conforme justificativa disposta no Estudo Técnico Preliminar.

Da Vedação ao Consórcio

1.8. Será vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e justificativa disposta no Estudo Técnico Preliminar.

Da Participação da Sociedade Cooperativa

1.9. A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União.

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1.10 Conforme disposição no Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Não Aplicação da Cota Reservada

1.11. Não será aplicada a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, tendo em vista as justificativas técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 08942610000116-0-000004/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 25/03/2026;

III) Id do item no PCA: 206713;

IV) Classe/Grupo: 39.41.00.003 - Serviços de fornecimento de refeições preparadas, Lanches e similares;

V) Identificador da Futura Contratação: 41.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com a IN SEGES nº 58/2022, os requisitos da presente contratação observam, além das especificações técnicas do objeto, os seguintes parâmetros de sustentabilidade, segurança alimentar, condições de execução, vedação de subcontratação, garantia e vistoria:

Alimentação e Hidratação

4.2. Para as boas práticas da execução, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

4.2.1. Segurança Alimentar:

- Certificação de boas práticas de manipulação de alimentos.
- Garantia de procedência e qualidade dos ingredientes.
- Cumprimento das normas sanitárias locais.

4.2.2. Qualidade dos Ingredientes:

- Proteína de boa qualidade, fresca e sem aditivos prejudiciais à saúde.
- Pães frescos e macios, preferencialmente produzidos no dia.
- Queijos frescos e derivados, assim como os embutidos bem conservados.
- Molhos e condimentos de qualidade.
- Frutas maduras, em bom estado, não podendo ser entregues em seu estado verdooso.

4.2.3 Padrão de Preparo:

- Cozimento adequado dos ingredientes para garantir segurança alimentar.
- Montagem cuidadosa dos itens que compõem o kit para garantir uma apresentação atraente e prática para consumo.
- Tempo de preparo e entrega dentro de limites aceitáveis.

4.2.4 Sabor e Textura:

- Sabor equilibrado e agradável dos pães, bolos e bebidas.
- Textura adequada das proteínas, pães e outros ingredientes.
- Variedade de sabores e opções para atender diferentes preferências.

4.2.5 Embalagem e Apresentação:

- Embalagens seguras e adequadas para transporte, que mantenham a temperatura e a integridade dos alimentos.
- Apresentação atraente dos lanches, mesmo quando entregues em embalagens para viagem.

Condições Gerais da Contratação

- 4.3. Todos os itens devem ser entregues em condições de uso imediato, garantindo eficiência operacional e segurança do efetivo.
- 4.4. O cumprimento das normas sanitárias, de higiene e de segurança é requisito indispensável para todas as entregas e serviços prestados.
- 4.5. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN de sua sede, em observância ao art. 18 do Decreto 84.444/1980.
- 4.6 A CONTRATADA deverá ter nutricionista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição - CRN, conforme Resolução CFN nº 378/2005.
- 4.7. Licença Sanitária do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária competente, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 5.027/1966, regulamentada pelos arts. 97 e 98, VII, do Decreto Distrital nº 32.568/2010.

Sustentabilidade

- 4.8. A execução contratual deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Distrital nº 44.330 /2023, na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e no Decreto nº 7.746/2012, bem como as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, aplicáveis ao objeto.
- 4.9. A CONTRATADA deverá adotar medidas preventivas de proteção ambiental e sanitária durante toda a execução do contrato, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de sua atuação ao meio ambiente, à saúde pública, ao patrimônio e à imagem da Administração.
- 4.10. Para o fornecimento de gêneros de alimentação e hidratação, deverão ser observadas integralmente a Resolução RDC/ANVISA nº 216/2004 e demais normas sanitárias federais, distritais e municipais, assegurando condições adequadas de higiene, preparo e transporte dos alimentos.
- 4.11. Os veículos utilizados para transporte deverão estar higienizados e equipados de modo a evitar contaminação, derramamento ou descarte irregular de resíduos em via pública.
- 4.12. A CONTRATADA compromete-se a dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos sólidos resultantes da execução, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, privilegiando a redução, reutilização e reciclagem.

Subcontratação

- 4.13. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar.

Garantia da contratação

- 4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.15. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de execução****5.1. Regime, forma e acionamento**

- 5.1.1. A execução ocorrerá sob demanda, em empreitada por preço unitário, com fornecimentos/serviços parcelados conforme as solicitações da Administração.
- 5.1.2. O acionamento dar-se-á por Ordem de Serviço (OS) emitida pela Comissão de Execução, contendo, no mínimo: itens e quantidades; local(is) de execução/entrega; data e horário de início; prazos; responsáveis; e demais condições específicas.
- 5.1.3. O fluxo de acionamento será articulado com o 19º Batalhão de Polícia Militar, de modo a assegurar que as Ordens de Serviço reflitam fielmente as demandas operacionais do Núcleo de Custódia da PMDF.
- 5.1.4. Caso a ARP gere contrato, este será executado sob demanda e acionado por OS, mantendo-se o mesmo rito operacional descrito neste item. O contrato deverá ser assinado dentro da vigência da ARP e sua duração observará o Capítulo V do Título III da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Fluxo operacional (etapas)

- 5.2.1. O NCPM do 19º Batalhão informará a demanda de custodiados, com antecedência mínima de 1 (um) dia, e caberá à Comissão de Execução do Contrato fazer gestões junto ao representante da empresa contratada para informá-lo das quantidades necessárias.
- 5.2.2. Mobilização da Contratada: a partir do recebimento da programação enviada pela Comissão de Execução da PMDF, a Contratada providenciará insumos, equipe de logística, transporte e documentação de entrega/execução.
- 5.2.3. Execução:
- 5.2.4. As refeições serão fornecidas diariamente, ininterruptamente, todos os dias úteis ou não, nos seguintes horários:
- Café da manhã entre **08:00 e 08:30** horas;
 - Almoço entre **11:00 e 11:30** horas;
 - Lanche da tarde entre **15:00 e 15:30** horas;
 - Jantar entre **18:00 e 19:00** horas;
 - Ceia entre **18:00 e 19:00** horas;
- 5.2.5. Atesto e medição: a medição será realizada por item efetivamente entregue/executado, mediante comprovação do cumprimento integral do número solicitado e dos parâmetros de qualidade deste TR, com posterior atesto pela fiscalização designada.
- 5.2.6. Caberá à Comissão de Execução Contratual verificar in loco a conformidade das entregas, atestar a execução, aplicar glosas em caso de descumprimento e registrar todas as ocorrências no processo SEI, assegurando rastreabilidade e responsabilização integral da contratada.
- 5.2.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 5.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.3. Prazos de mobilização e atendimento

5.3.1. Cancelamento/redimensionamento pela Administração: por alteração do número de custodiados, a PMDF poderá redimensionar a demanda sem ônus, comunicando a Contratada com antecedência mínima de 12 (doze) horas.

5.4. Locais e horários

5.4.1. A entrega da alimentação será realizada no 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, onde encontra-se o Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, sito: FAZENDA PAPUDA – COMPLEXO PENITENCIÁRIO – 19 BPM – DF 465 – KM 02 – SÃO SEBASTIÃO – BRASÍLIA-DF CEP: 71.619-970.

5.4.2. A entrega será realizada pela Contratada no dia, hora e local determinado pela Contratante mediante solicitação prévia, inclusive em feriados e finais de semana, dentro ou fora do horário de expediente das contratantes.

5.5. Rotinas e tarefas mínimas por família de itens

5.5.1. Alimentação e hidratação

- a) Produção/fornecimento conforme especificações técnicas deste TR;
- b) Transporte em condições higiênico-sanitárias adequadas;
- c) Entrega e distribuição no ponto indicado;
- d) Registro de entrega (quantitativos, horários, responsáveis) para ateste.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua e sob demanda, com fornecimento diário de refeições, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme programação da Administração.

5.7. Os quantitativos indicados neste Termo de Referência representam estimativas máximas, não havendo garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado exclusivamente com base nas quantidades efetivamente fornecidas.

5.8. Para fins de dimensionamento da proposta, o licitante deverá considerar que, embora o quantitativo máximo diário seja de até 101 (cento e uma) refeições por tipo, a **média diária estimada atual** é de aproximadamente 50 (cinquenta) refeições por tipo (café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia), podendo variar conforme a entrada e saída de custodiados.

5.9. A Administração poderá aumentar ou reduzir a quantidade de refeições, conforme a demanda, mediante comunicação prévia mínima de 12 (doze) horas, sem que isso gere direito à indenização ou revisão de preços.

5.10. As refeições serão fornecidas diariamente, ininterruptamente, todos os dias úteis ou não, nos seguintes horários:

- Café da manhã entre **08:00 e 08:30** horas;
- Almoço entre **11:00 e 11:30** horas;
- Lanche da tarde entre **15:00 e 15:30** horas;
- Jantar entre **18:00 e 19:00** horas;
- Ceia entre **18:00 e 19:00** horas;

5.11. O licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo preparo dos alimentos, insumos, mão de obra, encargos, transporte, logística, embalagens, controle sanitário e demais despesas operacionais.

5.12. Deverá ser considerada a necessidade de atendimento rigoroso às normas sanitárias, bem como a manutenção da qualidade dos alimentos até o momento da entrega.

5.13. A proposta deverá contemplar a capacidade de atendimento contínuo e regular, inclusive em situações de aumento de demanda, não sendo admitida interrupção do serviço por falhas de planejamento da contratada.

5.14. O pagamento estará vinculado às quantidades efetivamente fornecidas e ao desempenho na execução contratual, conforme aferição por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Especificação da garantia do serviço

5.15. A contratada deverá garantir a qualidade, a segurança e a adequação dos alimentos fornecidos, responsabilizando-se integralmente pelas refeições desde o preparo até a efetiva entrega para consumo, devendo substituir imediatamente, sem ônus para a Administração, qualquer item impróprio, deteriorado, em desacordo com o cardápio ou com as condições exigidas neste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.16. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.16.1. A contratada deverá manter a execução regular e contínua dos serviços até o último dia de vigência contratual, vedada qualquer interrupção ou redução da qualidade do fornecimento.

5.16.2. A contratada deverá colaborar com a Administração no processo de transição contratual, inclusive mediante repasse de informações operacionais relevantes, tais como rotinas de entrega, horários, quantitativos médios e demais dados necessários à continuidade do serviço, sem ônus adicional.

5.16.3. Quando houver nova contratação, a contratada deverá prestar apoio à transição, de modo a assegurar a continuidade do serviço, sem prejuízo de suas obrigações contratuais.

5.16.4. Ao término do contrato, a contratada deverá concluir todas as obrigações pendentes, garantir o fornecimento das refeições até o último dia de vigência e atender às determinações da fiscalização.

5.16.5. A contratada deverá apresentar, quando solicitado, informações e registros relacionados à execução do objeto, para fins de encerramento contratual e verificação do cumprimento das obrigações.

5.16.6. Em nenhuma hipótese será admitida a interrupção do fornecimento de alimentação aos custodiados, devendo a contratada assegurar a continuidade do serviço até a efetiva substituição por nova contratada, quando for o caso, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital 44.330/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A PMDF poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a PMDF poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.21. Obrigações da Contratada

6.21.1. Executar o objeto de acordo com as condições, especificações, quantitativos, horários e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nas Ordens de Serviço.

- 6.21.2. Assegurar o fornecimento contínuo, regular e ininterrupto das refeições, inclusive aos sábados, domingos e feriados, nos horários estabelecidos pela Administração.
- 6.21.3. Preparar, acondicionar, transportar e entregar os alimentos em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, especialmente a RDC/ANVISA nº 216/2004, garantindo condições adequadas de higiene, conservação, temperatura e integridade dos alimentos.
- 6.21.4. Utilizar insumos de qualidade e procedência comprovada, observando os padrões nutricionais e as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
- 6.21.5. Manter, durante toda a execução contratual, nutricionista responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN, bem como a regularidade da empresa junto ao referido conselho.
- 6.21.6. Manter válidas todas as licenças e autorizações necessárias à execução do objeto, em especial a licença sanitária.
- 6.21.7. Disponibilizar todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, insumos, logística, transporte, embalagens e demais custos operacionais, sem ônus adicional para a Administração.
- 6.21.8. Atender às demandas encaminhadas pela Administração, inclusive quanto ao redimensionamento de quantitativos, dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.21.9. Substituir, corrigir ou complementar, às suas expensas e no prazo estabelecido, qualquer refeição ou item rejeitado por desconformidade com este Termo de Referência.
- 6.21.10. Manter os veículos utilizados no transporte dos alimentos devidamente higienizados e adequados ao transporte de alimentos, prevenindo contaminação e deterioração.
- 6.21.11. Designar formalmente preposto para representá-la perante a Administração, nos termos deste Termo de Referência.
- 6.21.12. Registrar e comprovar as entregas realizadas, contendo no mínimo quantitativos, horários e responsáveis, para fins de fiscalização e ateste.
- 6.21.13. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização e pelo gestor do contrato.
- 6.21.14. Não subcontratar o objeto, no todo ou em parte, conforme vedação prevista neste Termo de Referência.
- 6.21.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.
- 6.21.16. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.22. Obrigações da Contratante**
- 6.22.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência e a legislação aplicável.
- 6.22.2. Emitir as Ordens de Serviço contendo as informações necessárias à execução do objeto.
- 6.22.3. Informar à Contratada, com a antecedência prevista, a demanda de refeições e eventuais alterações quantitativas.
- 6.22.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio dos agentes designados, registrando ocorrências e determinando correções quando necessário.
- 6.22.5. Receber o objeto provisória e definitivamente, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 6.22.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas.

- 6.22.7. Aplicar o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, bem como glosas e sanções, quando cabíveis.
- 6.22.8. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.22.9. Notificar formalmente a Contratada sobre falhas ou irregularidades na execução contratual.
- 6.22.10. Fornecer à Contratada as informações necessárias à execução do objeto.
- 6.22.11. Comunicar alterações relevantes que impactem a execução contratual.
- 6.22.12. Adotar as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - 7.2.1. não produziu os resultados acordados.
 - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do Recebimento

- 7.4 Os serviços e fornecimentos decorrentes de cada Ordem de Serviço (OS) ou Nota de Empenho (NE) serão recebidos provisoriamente, de imediato e no próprio local da entrega, mediante conferência pela Comissão/Fiscal do Contrato, quanto à conformidade com as condições previstas no Termo de Referência e na respectiva OS/NE.
 - 7.4.1 Os objetos do presente Termo de Referência serão recebidos desde que, além do atendimento à legislação em vigor, atenda as especificações deste Termo de Referência e, no que couber a cada item:
 - 7.4.1.1. Não apresente avaria ou adulteração;
 - 7.4.1.2. Esteja pronto para uso ou consumo;
 - 7.4.1.3. Os alimentos sólidos estejam livres de umidade;
 - 7.4.1.4. Esteja dentro do prazo de validade;
 - 7.4.1.5. Esteja adequadamente acondicionado e devidamente vedado, lacrado, higienizado e longe da exposição solar;
 - 7.4.1.6. Os serviços de alimentação preparada devem apresentar condições ideais para consumo humano e demais exigências, conforme Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1.997 e legislação correlata.
 - 7.5. O recebimento definitivo dar-se-á após a conferência e aceitação dos itens entregues, mediante termo circunstanciado ou atesto na OS/NE correspondente, lavrado pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da entrega/execução.

7.6. Os serviços e bens que não estiverem de acordo com as especificações contratuais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a Contratada proceder à sua substituição, correção ou complementação às suas expensas, no prazo de até 1 (uma) hora, e caso a inconformidade não seja sanada a Comissão de Execução do Contrato poderá recusar o recebimento, sem qualquer ônus à Administração, desde que o responsável pelo recebimento justifique e comunique o ocorrido ao preposto o mais rápido possível.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período da entrega.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06 de abril de 2026.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, entendida como o valor da OS/NE correspondente ou da parte não executada, limitado a 10% (dez por cento).

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação afetada (Contrato ou OS/NE), a depender da gravidade, dano, dolo e reincidência.

- 8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação (Contrato ou, quando aplicável, do conjunto de OS/NE atingidas).
- 8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação afetada (OS/NE ou Contrato), conforme a extensão do prejuízo e o impacto no serviço público.
- 8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”: Quando o atraso esvaziar a utilidade da OS (ex.: não entrega no dia/horário ajustado, alimento entregue fora da janela/temperatura especificadas), a multa moratória poderá ser convertida em compensatória no patamar de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor da OS atingida, vedada a cumulação para o mesmo fato.
- 8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela/OS não executada.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, nos termos da legislação aplicável.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de email informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, via **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.27.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN de sua sede, em observância ao art. 18 do Decreto 84.444/1980.

9.28.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.30. Licença Sanitária do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 5.027/1966, regulamentada pelos arts. 97 e 98, VII, do Decreto Distrital nº 32.568/2010.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. a empresa licitante deverá comprovar sua Qualificação Técnica-Operacional, por intermédio da apresentação de, no mínimo, 1 atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu ou fornece gêneros similares ao OBJETO dessa licitação compatível em características, quantidades e prazos previstos neste Edital.

9.31.1.2. será(ão) admitido(s) atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) no mínimo 25% do quantitativo do(s) item(ns) o(s) qual(is) a(s) interessada(s) esteja(m) apresentando proposta.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Declaração de que dispõe de sede, filial ou escritório no Distrito Federal, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com capacidade operacional para receber e solucionar as demandas relativas à presente contratação.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.35. Declaração de que, na data da contratação, o licitante possuirá, em seu quadro de funcionários e prestadores, profissional(is) nutricionista(s) devidamente inscrito(s) no Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, detentor (es) de atestado (s) de capacidade técnica ou certidão(ões), profissionais esses que deverão ser os responsáveis técnicos pela execução contratual.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 3.053.512,80 (Três milhões e cinquenta e três mil e quinhentos e doze reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. No caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. RESPONSÁVEIS

GUILHERME BATISTA GOMES - Membro da comissão de contratação
VINNICIUS GOMES DE PAULO - Membro da comissão de contratação
ELIEL HENRIQUE NUNES LIMA - Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

- Anexo A - Especificação Técnica
- Anexo B - ETP
- Anexo C - Instrumento de Medição de Resultado - IMR
- Anexo D - Termo de Confidencialidade e Manutenção de Sigilo
- Anexo E - Declaração Simples

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (ANEXO I)

1. REFEIÇÕES

ITEM	TIPO DE REFEIÇÃO	COMPOSIÇÃO PER CAPITA (PORÇÃO EM GRAMA/ML)
1	CAFÉ DA MANHÃ/LANCHE DA TARDE/CEIA	PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 2 vezes por semana;

		PÃO DOCE OU ROSCA DOCE - 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 1 vez por semana;
		PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, com queijo e presunto 30g devendo ser servido 03 vezes por semana;
		BOLO – 02 fatias, de no mínimo 100g, devendo ser servido, 01 vez por semana;
		SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre 30% a 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 4 vezes por semana;
		ACHOCOLATADO industrializado ou bebida láctea fermentada 200ml. Devendo ser servido 3 vezes por semana.
2	ALMOÇO E JANTAR OBS: Compreende o BÁSICO DIÁRIO (arroz e feijão) mais o PRATO PRINCIPAL e os COMPLEMENTOS 1 e 2 perfazendo, no mínimo, 600g (seiscentos gramas)	ARROZ, agulhinha, tipo 1 – 200 gramas, com variações diárias: branco, à grega, risoto, carreteiro, ao forno;
		FEIJÃO, tipo 1 – 150 gramas, com variações diárias: carioca, corda, preto e branco;
		BAIÃO – 350 gramas, conforme básico diário, 200g de arroz e 150g de feijão.
		PRATO PRINCIPAL/VARIAÇÕES
		É proibida a utilização de ovo, salsicha, carne moída e/ou de soja como PRATO PRINCIPAL, apenas como itens para COMPLEMENTO;
		CARNE BOVINA SEM OSSO – 130 gramas, com variações: bife, tiras assadas, picados e à milanesa;
		CARNE BOVINA COM OSSO – 180 gramas, com variações: costela, bisteca
		CARNE BOVINA SEM OSSO E COM MOLHO – 150 gramas, sendo 130 gramas de carne e 20 gramas de molho. Variações: almondegas, picadinho (cubos de carne de no mínimo 20g cada), bife à rolê, bife ao molho;
		OBSERVAÇÃO: Carne bovina deverá servida 03 vezes por semana. É proibida a utilização de proteínas com osso para pesos abaixo de 180g
		COXA E SOBRECOXA DE FRANGO – 180 gramas, com variações: assada, frita, grelhada ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 200 gramas)

		PEITO DE FRANGO – 130 gramas, com variações: assado, frito, grelhado, à milanesa ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150 gramas)
ALMOÇO E JANTAR OBS: Compreende o BÁSICO DIÁRIO (arroz e feijão) mais o PRATO PRINCIPAL e os COMPLEMENTOS 1 e 2 perfazendo, no mínimo, 600g (seiscentos gramas)	OBSERVAÇÃO: Frango: 02 vezes por semana, sendo assado no mínimo 01 vez por semana e no mínimo 01 vez por semana tipo peito	
	FILÉ DE PEIXE – 130 gramas, com variações: assado, frito, grelhado, à milanesa ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150 gramas)	
	CARNE SUÍNA SEM OSSO – 130gr, com variações: assada, frita ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150 gramas)	
	CARNE SUÍNA COM OSSO – 180gr, com variações: assada, frita ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 200 gramas)	
	CARNE DE SOL – 130 gramas, com variações: assada/grelhada ou frita	
	OBSERVAÇÃO: Peixe, carne de sol e suíno: no mínimo 01 vez por semana	
	DOBRADINHA ou PANELADA sem osso – 160 gramas	
	FEIJOADA – 280 gramas, sendo 150g de feijão, conforme básico diário, acrescentado de no mínimo 130g de carne sem osso ou 180g de carne com osso	
	OBSERVAÇÃO: Feijoada, Dobradinha ou Panelada no máximo 01 vez por semana	
	COMPLEMENTOS 01 (à base de massas e farinhas, apenas 01 tipo)	
	MACARRÃO – 80 gramas, com variações: espaguete, parafuso, talharim	
	FAROFA – 70 gramas, com variações: ovos, bacon, torresmo, cenoura, acebolada, de cuscuz, calabresa, paçoca	
	TORTAS – 80 gramas, com variações: legumes, frios, outros	
	COMPLEMENTOS 02 (à base de vegetais, apenas 01 tipo)	
	SOUFLES – 80 gramas, com variações: cenoura, chuchu, ervilha, legumes, outros	

		BATATA – 80 gramas, com variações: sauté, assada, corada, doce, frita, cozida, purê
		MACAXEIRA – 80 gramas, com variações: frita, cozida, amanteigada, purê
		SALADA DE LEGUMES COZIDOS – 100 gramas, com variações: cenoura, chuchu, beterraba, abobora, brócolis e outros. Devendo ser servido no mínimo 4 vezes por semana
		SALADA DE LEGUMES COZIDOS – 100 gramas, com variações: cenoura, chuchu, beterraba, abobora, brócolis e outros. Devendo ser servido no mínimo 4 vezes por semana
		SALADA CRUA – 60 gramas, com variações: acelga, alface, cenoura, beterraba, repolho, outros. Devendo ser servido no mínimo 1 vez por semana
		OBSERVAÇÃO: Todas as per capitas acima citadas nos cardápios são de alimentos prontos para consumo
	HIDRATAÇÃO E SOBREMESA	SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre 30% a 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 07 (sete) vezes por semana
		SOBREMESA: Será servida diariamente, durante o almoço : Doces industrializados embalados individualmente (30g cada unidade – 04 vezes por semana)
		SOBREMESAS ELABORADAS: (100g cada unidade – 03 vezes por semana): gelatina, pudim, doce de leite, doce de mamão, salada de frutas, entre outras. Serão servidas diariamente, durante o café da manhã, lanche da tarde e ceia frutas da época (80g cada fatia/unidade)
3	LANCHE DA TARDE	PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 2 vezes por semana;
		PÃO DOCE OU ROSCA DOCE - 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 1 vez por semana;
		PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, com queijo e presunto 30g devendo ser servido 03 vezes por semana;
		BOLO – 02 fatias, de no mínimo 100g, devendo ser servido, 01 vez por semana;
		SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre 30% a 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 4 vezes por semana;

		ACHOCOLATADO industrializado ou bebida láctea fermentada 200ml. Devendo ser servido 3 vezes por semana.
		FRUTAS DA ÉPOCA (80g cada fatia/unidade), Devendo ser servido 7 vezes por semana.
4	JANTAR OBS: Compreende o BÁSICO DIÁRIO (arroz e feijão) mais o PRATO PRINCIPAL e os COMPLEMENTOS 1 e 2 perfazendo, no mínimo, 600g (seiscentos gramas)	ARROZ, agulhinha, tipo 1 – 200 gramas, com variações diárias: branco, à grega, risoto, carreteiro, ao forno;
		FEIJÃO, tipo 1 – 150 gramas, com variações diárias: carioca, corda, preto e branco;
		BAIÃO – 350 gramas, conforme básico diário, 200g de arroz e 150g de feijão.
		PRATO PRINCIPAL/VARIAÇÕES
		É proibida a utilização de ovo, salsicha, carne moída e/ou de soja como PRATO PRINCIPAL, apenas como itens para COMPLEMENTO;
		CARNE BOVINA SEM OSSO – 130 gramas, com variações: bife, tiras assadas, picados e à milanesa;
		CARNE BOVINA COM OSSO – 180 gramas, com variações: costela, bisteca
		CARNE BOVINA SEM OSSO E COM MOLHO – 150 gramas, sendo 130 gramas de carne e 20 gramas de molho. Variações: almondegas, picadinho (cubos de carne de no mínimo 20g cada), bife à rolê, bife ao molho;
		OBSERVAÇÃO: Carne bovina deverá servida 03 vezes por semana. É proibida a utilização de proteínas com osso para pesos abaixo de 180g
		COXA E SOBRECOXA DE FRANGO – 180 gramas, com variações: assada, frita, grelhada ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 200 gramas)
		PEITO DE FRANGO – 130 gramas, com variações: assado, frito, grelhado, à milanesa ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150 gramas)
		OBSERVAÇÃO: Frango: 02 vezes por semana, sendo assado no mínimo 01 vez por semana e no mínimo 01 vez por semana tipo peito
		FILÉ DE PEIXE – 130 gramas, com variações: assado, frito, grelhado, à milanesa ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150 gramas)

CARNE SUÍNA SEM OSSO – 130gr, com variações: assada, frita ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150 gramas)
CARNE SUÍNA COM OSSO – 180gr, com variações: assada, frita ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 200 gramas)
CARNE DE SOL – 130 gramas, com variações: assada/grelhada ou frita
OBSERVAÇÃO: Peixe, carne de sol e suíno: no mínimo 01 vez por semana
DOBRADINHA ou PANELADA sem osso – 160 gramas
FEIJOADA – 280 gramas, sendo 150g de feijão, conforme básico diário, acrescentado de no mínimo 130g de carne sem osso ou 180g de carne com osso
OBSERVAÇÃO: Feijoada, Dobradinha ou Panelada no máximo 01 vez por semana
COMPLEMENTOS 01 (à base de massas e farinhas, apenas 01 tipo)
MACARRÃO – 80 gramas, com variações: espaguete, parafuso, talharim
FAROFA – 70 gramas, com variações: ovos, bacon, torresmo, cenoura, acebolada, de cuscuz, calabresa, paçoca
TORTAS – 80 gramas, com variações: legumes, frios, outros
COMPLEMENTOS 02 (à base de vegetais, apenas 01 tipo)
SOUFLES – 80 gramas, com variações: cenoura, chuchu, ervilha, legumes, outros
BATATA – 80 gramas, com variações: sauté, assada, corada, doce, frita, cozida, purê
MACAXEIRA – 80 gramas, com variações: frita, cozida, amanteigada, purê
SALADA DE LEGUMES COZIDOS – 100 gramas, com variações: cenoura, chuchu, beterraba, abobora, brócolis e outros. Devendo ser servido no mínimo 4 vezes por semana
SALADA CRUA – 60 gramas, com variações: acelga, alface, cenoura, beterraba, repolho, outros. Devendo ser servido no mínimo 1 vez por semana

		OBSERVAÇÃO: Todas as per capitas acima citadas nos cardápios são de alimentos prontos para consumo
	HIDRATAÇÃO	SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre 30% a 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 07 (sete) vezes por semana
5	CEIA	PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 2 vezes por semana;
		PÃO DOCE OU ROSCA DOCE - 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 1 vez por semana;
		PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, com queijo e presunto 30g devendo ser servido 03 vezes por semana;
		BOLO – 02 fatias, de no mínimo 100g, devendo ser servido, 01 vez por semana;
		SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre 30% a 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 4 vezes por semana;
		ACHOCOLATADO industrializado ou bebida láctea fermentada 200ml. Devendo ser servido 3 vezes por semana.
		FRUTAS DA ÉPOCA (80g cada fatia/unidade), Devendo ser servido 7 vezes por semana

1.1. A CONTRATADA deverá observar as três datas festivas, sendo elas o natal, ano novo e semana santa, as quais devem conter cardápios especiais de acordo com os costumes locais.

1.2. Para a semana santa, considerar a sexta-feira da paixão como a data especial.

1.3. Estes ingredientes deverão vir devidamente preparados, temperados, bem cozidos e/ou fritos, assados e acondicionados em embalagens em isopor descartáveis, no formato retangular, com aproximadamente 21,5 cm de lateral por 27,5 cm de frente e 5,2 cm de altura, contendo 04 (quatro) divisões internas; sendo **uma divisão para o arroz e complemento 1, uma divisão para o feijão, uma divisão para o complemento 2 e a última divisão para o prato principal**, totalizando as 04 (quatro) divisões internas, com tampa do mesmo material. A salada e a Sobremesa Elaboradas deveram ser fornecidas em copo de papel descartável branco com tampa, com aproximadamente 93 mm de altura, 45,5 mm largura da base e 69 mm de largura da boca, com capacidade de 180ml separada do “Kit-refeição”. O café da manhã/ceia/lanche da tarde deverá serem enviados devidamente embalados em porções individuais, juntamente com as frutas da época.

2. EMBALAGENS

2.1. MARMITA



2.2. **RECIPIENTE DA SOBREMESA ELABORADA E SALADA**



- 2.3. As dimensões das embalagens não devem extrapolar as medidas dos itens anteriores.
- 2.4. As embalagens de isopor são mais adequadas para o fornecimento das refeições por não permitirem a mistura dos alimentos.
- 2.5. Cabe destacar ainda, que a escolha do isopor e do papel como matéria-prima, torna-se mais segura, pois exclui o risco de manufatura de armas artesanais dentro do próprio estabelecimento Prisional Militar, o que colocaria em risco a integridade física de servidores e de presos.
- 2.6. Havendo necessidade de adequação de recipientes para armazenamento de líquidos, solicitada pela empresa, deve haver anuência da fiscalização do contrato.
- 2.7. Efetuar a entrega das refeições em caixas térmicas de plástico rígido, específicas para transporte de alimentos.

3. DOS UTENSÍLIOS

3.1. O Kit refeição com hidratação – Almoço/Jantar será composto ainda de:

Nº	Item	Quantidade
01	Colher plástica rígida descartável.	01 (uma)
02	Garfo plástico rígido descartável.	01 (um)
03	Faca plástica rígida descartável.	01 (uma)
04	Guardanapo em papel absorvente, formato quadrado, de no mínimo 10x10cm, vedado o papel de ceda.	02 (duas) folhas
05	Marmitas de isopor com 4 (quatro divisões) internas com tampa – 1500 ml.	01 (um)
06	Copos de papel descartável branco com tampa para acondicionamento da salada – 180 ml.	01 (um)

3.2. A colher, o garfo, a faca e as folhas de guardanapo deverão vir embalados juntos.

3.3. Cada “kit-refeição” deverá vir ensacado em plástico fechado, com todos os seus componentes, sem prejuízo das demais embalagens. Deverá ainda ser fornecido quente, no mínimo à 35°C (trinta e cinco graus Celsius).

3.4. A hidratação deverá vir em embalagem individual, descartável, lacrada adequadamente, com todos os seus componentes. Deverá ainda ser fornecida em temperatura ambiente.

4. DIETAS ESPECIAIS

4.1. Padronização de dietas especiais para internos com comorbidades específicas e/ou restrições alimentares ou questões religiosas:

4.2. Conforme § 10º da Resolução Nº 03/ 2017, que dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional, cardápios especiais deverão ser oferecidos individualmente quando houver indicação por razões de saúde, como comorbidades específicas e/ou restrições alimentares, ou mesmo por exigências religiosas.

4.3. As dietas especiais devem seguir as observações abaixo em relação às restrições ou modificações que devem ser feitas em cada caso. A fim de padronizar a oferta dessas refeições foram elaborados 7 tipos de dietas, incluindo a dieta normal, que terá que ser fornecido para CONTRATADA, o CONTRATANTE avisará a CONTRATADA com **no mínimo 72 horas** de antecedência para que a CONTRATADA forneça a alimentação de acordo com as dietas abaixo:

- **Normal** - sem restrições alimentares
- **Especial** - para diabéticos, hipertensos, dislipidêmicos e/ou com problemas gástricos. A dieta deve ser balanceada contendo frutas e verduras, rica em fibras e com restrição de sódio. Os alimentos devem ser preparados sem adição de açúcar e sal. As preparações de carnes devem ser feitas preferencialmente assadas ou grelhadas. As sobremesas devem ser somente composta por frutas.
- **Hipercalórica ou hipocalórica** - casos excepcionais (ganho ou perda de peso). Deve ser avaliado caso a caso e com indicação médica deve ser acrescido ou reduzido o valor calórico entre 25 a 50%.
- **Intolerância à lactose ou glúten** - restrição desses alimentos. Os alimentos que possuem lactose ou glúten não devem ser ofertados à esses internos devendo ser substituídos por outros equivalentes.
- **Líquida/pastosa** - casos excepcionais(problemas de digestão). Preparar os alimentos com consistência macia/ pastosa ou mesmo líquida, que se dissolvam na boca, para presos com problemas de digestão ou dificuldade de mastigação.
- **Religião** - conforme restrição de sua religião. A religião muçulmana tem restrições de consumo de carne de porco e sangue de animal, devendo então, quando tiverem esses alimentos no cardápio, serem substituídos por outros alimentos permitidos pela religião.
- **Vegetariana** - restrição de consumo de proteína animal. As proteínas animais das grandes refeições devem ser substituídas por ovo.

4.4. As empresas participantes deverão apresentar planilha de preços individualizados por item, consoante medidas e se necessário o fornecimento nas condições de cada dieta solicitada pela CONTRATANTE.

5. LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

5.1. As refeições serão fornecidas diariamente, ininterruptamente, todos os dias úteis ou não nos seguintes horários:

- CAFÉ DA MANHÃ entre 08:00 e 08:30 horas;
- ALMOÇO entre 11:00 e 11:30 horas;
- LANCHE DA TARDE entre 15:00 e 15:30 horas;
- JANTAR entre 18:30 e 19:00 horas;
- CEIA entre 18:30 as 19:00 horas.

5.2. A rigidez do horário de entrega das refeições se deve à necessidade de evitar que lapsos temporais elásticos acarretem prejuízos às características microscópicas, microbiológicas e organolépticas (cor, odor, sabor, aparência e consistência) dos alimentos.

5.3. A entrega da alimentação será fornecida no 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, onde encontra-se o Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, localizado na Rodovia DF 465 - Km 02– Fazenda Papuda - São Sebastião/DF CEP: 71686-670 ou nos locais informados pela CONTRATANTE com a antecedência pré-estabelecida.

ANEXO B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMNAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 00054-00011586/2026-96

2. Descrição da Necessidade

2.1. A presente contratação visa atender às demandas operacionais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), assegurando a continuidade da prestação de serviços de fornecimento de alimentação aos internos custodiados no Núcleo de Custódia, localizado no 19º Batalhão de Polícia Militar, no Complexo da Papuda, garantindo condições adequadas de apoio logístico à manutenção das atividades da unidade.

2.2. A unidade prisional em questão mantém, em média, cerca de 50 (cinquenta) custodiados, os quais demandam o fornecimento regular de alimentação diária, em conformidade com os parâmetros nutricionais estabelecidos na legislação vigente, incluindo a oferta de múltiplas refeições ao longo do dia, de modo a atender às necessidades básicas de subsistência e saúde dos internos.

2.3. A alimentação adequada constitui direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, bem como pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que impõe ao Estado o dever de prover assistência material ao preso, incluindo o fornecimento de alimentação suficiente e adequada. O descumprimento dessa obrigação enseja violação de direitos fundamentais e pode acarretar responsabilização do ente público. Como se alicerça nas seguintes legislações:

Lei de Execuções Penais – LEP, Lei 7.210 de 11 de julho de 1984:

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Regimento Interno Penitenciário do Núcleo de Custódia Policial Militar – RIP:

Art. 60. Constituem direitos do interno:

I – Alimentação suficiente e vestuário.

A Resolução Federal nº 3, de 05 de outubro de 2017 que dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional, trata da assistência material de alimentação:

Art. 3º - As refeições oferecidas deverão ser planejadas para cobrir, 100% das necessidades nutricionais diárias dos indivíduos e grupos atendidos.

§ 1º Considerando o Guia Alimentar para a população brasileira, as refeições deverão ser feitas em horários regulares, preferencialmente em companhia. Às pessoas privadas de liberdade, deverão ser ofertadas, minimamente, cinco refeições diárias: o desjejum, o almoço, o lanche, o jantar e a ceia. Os cardápios devem ser calculados com base nas recomendações (e alterações posteriores) da Organização Mundial da Saúde – OMS, que apresentam os seguintes valores de referência.

§ 7º – Os cardápios deverão oferecer, no mínimo, cinco porções de frutas, verduras e/ou legumes in natura por dia (400g /dia) nas refeições ofertadas, sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a oferta de frutas in natura.

2.4. A necessidade da contratação também se justifica pela impossibilidade técnica e econômica de a própria PMDF prover, diretamente, os insumos e serviços em questão, devido à natureza perecível dos alimentos. Além disso, a centralização da contratação por meio de registro de preços favorece a economicidade, a padronização e a transparência, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de planejamento apontadas pela AGU/MGI.

2.5. Ademais, a descontinuidade no fornecimento de alimentação representa risco concreto à integridade física dos custodiados, à ordem interna da unidade e à própria regularidade administrativa, podendo gerar instabilidade institucional, além de responsabilização civil e administrativa do Estado.

2.6. Ressalta-se, ainda, que o histórico de contratações similares evidencia baixa atratividade do objeto ao mercado fornecedor, em razão das particularidades logísticas e do reduzido volume de escala, o que exige planejamento adequado da contratação, de modo a assegurar a viabilidade econômica do ajuste e evitar futuras inexecuções contratuais.

2.7. O Projeto se alinha ao Plano Estratégico 2023-2034 da Corporação, quanto às suas políticas corporativas no fortalecimento dos recursos humanos e de respeito aos direitos humanos e garantias individuais e coletivas, notadamente os seguintes Objetivos/Estratégias

/Iniciativas Estratégicas:

- Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar os processos internos de execução orçamentária e financeira.
- Objetivo Estratégico: Desenvolver ações de saúde e qualidade de vida.
- Objetivo Estratégico: Fomentar o respeito aos direitos humanos e garantias constitucionais.

2.8. Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e imprescindível para garantir a continuidade do serviço essencial de alimentação aos custodiados, em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da continuidade do serviço público.

3. Área requisitante

Área Requisitante Responsável

19º Batalhão de Polícia Militar (19BPM) MARLOS LOURENCO DE OLIVEIRA - MAJ QOPM

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com a IN SEGES nº 58/2022, os requisitos da presente contratação observam, além das especificações técnicas do objeto, os seguintes parâmetros de sustentabilidade, segurança alimentar, condições de execução, vedação de subcontratação, garantia e vistoria:

Alimentação e Hidratação

4.2. Para as boas práticas da execução, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

4.2.1. Segurança Alimentar:

- Certificação de boas práticas de manipulação de alimentos.
- Garantia de procedência e qualidade dos ingredientes.
- Cumprimento das normas sanitárias locais.

4.2.2. Qualidade dos Ingredientes:

- Proteína de boa qualidade, fresca e sem aditivos prejudiciais à saúde.
- Pães frescos e macios, preferencialmente produzidos no dia.
- Queijos frescos e derivados, assim como os embutidos bem conservados.
- Molhos e condimentos de qualidade.
- Frutas maduras, em bom estado, não podendo ser entregues em seu estado verdoeiro.

4.2.3. Padrão de Preparo:

- Cozimento adequado dos ingredientes para garantir segurança alimentar.
- Montagem cuidadosa dos itens que compõem as refeições para garantir uma apresentação atraente e prática para consumo.
- Tempo de preparo e entrega dentro de limites aceitáveis.

4.2.4. Sabor e Textura:

- Sabor equilibrado e agradável dos pães, bolos e bebidas.
- Textura adequada das proteínas, pães e outros ingredientes.
- Variedade de sabores e opções para atender diferentes preferências.

4.2.5. Embalagem e Apresentação:

- Embalagens seguras e adequadas para transporte, que mantenham a temperatura e a integridade dos alimentos.
- Apresentação atraente dos lanches, mesmo quando entregues em embalagens para viagem.

Condições Gerais da Contratação

4.3. Todos os itens devem ser entregues em condições de uso imediato, garantindo eficiência operacional e segurança do efetivo.

4.4. O cumprimento das normas sanitárias, de higiene e de segurança é requisito indispensável para todas as entregas e serviços prestados.

4.5. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN de sua sede, em observância ao art. 18 do Decreto 84.444/1980.

4.6 A CONTRATADA deverá ter nutricionista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição - CRN, conforme Resolução CFN nº 378/2005.

4.7. Licença Sanitária do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária competente, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 5.027 /1966, regulamentada pelos arts. 97 e 98, VII, do Decreto Distrital nº 32.568/2010.

Sustentabilidade

4.8. A execução contratual deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Distrital nº 44.330 /2023, na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e no Decreto nº 7.746/2012, bem como as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, aplicáveis ao objeto.

4.9. A CONTRATADA deverá adotar medidas preventivas de proteção ambiental e sanitária durante toda a execução do contrato, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de sua atuação ao meio ambiente, à saúde pública, ao patrimônio e à imagem da Administração.

4.10. Para o fornecimento de gêneros de alimentação e hidratação, deverão ser observadas integralmente a Resolução RDC/ANVISA nº 216/2004 e demais normas sanitárias federais, distritais e municipais, assegurando condições adequadas de higiene, preparo e transporte dos alimentos.

4.1. Os veículos utilizados para transporte deverão estar higienizados e equipados de modo a evitar contaminação, derramamento ou descarte irregular de resíduos em via pública.

4.12. A CONTRATADA compromete-se a dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos sólidos resultantes da execução, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, privilegiando a redução, reutilização e reciclagem.

Subcontratação

4.13. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução contratual e pelos resultados alcançados.

Justificativa: A vedação à subcontratação, total ou parcial, justifica-se pela natureza sensível do objeto, que envolve o fornecimento contínuo de alimentação a pessoas custodiadas, exigindo rigoroso controle sanitário, padronização dos processos de preparo, rastreabilidade dos insumos e confiabilidade na execução. A eventual delegação a terceiros poderia comprometer a qualidade dos serviços, dificultar a fiscalização, fragilizar a responsabilização contratual e aumentar o risco de descontinuidade do fornecimento.

Garantia da contratação

4.14. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto e a justificativa constante deste Estudo Técnico Preliminar, priorizando a economicidade e a desoneração da futura contratada.

Justificativa: A não exigência de garantia contratual encontra amparo nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, que conferem caráter facultativo à sua adoção. Considerando a natureza do objeto — fornecimento de alimentação e hidratação —, trata-se de prestação continuada/fornecimento sucessivo sob demanda, com entregas parceladas e de baixo risco de inadimplemento estrutural, além de não envolver obras, serviços de engenharia ou bens de grande vulto. Assim, a exigência de garantia não se mostra proporcional, podendo onerar desnecessariamente a futura contratada e reduzir a competitividade, em afronta aos princípios da economicidade, competitividade e da igualdade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Vistoria

4.15. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1. No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a gestão do Núcleo de Custódia demanda a disponibilização contínua de serviços de apoio logístico essenciais à manutenção das condições mínimas de subsistência dos internos custodiados. Dentre tais serviços, destaca-se o fornecimento regular de alimentação, indispensável à preservação da integridade física dos custodiados e ao adequado funcionamento da unidade. Nesse contexto, a Administração dispõe de estrutura institucional voltada à gestão e fiscalização contratual, responsável por viabilizar e acompanhar a execução do objeto da presente contratação.

- 5.2. Em atendimento ao disposto no art. 18,§ 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas no Decreto Distrital nº 44.330/2023, especialmente no art. 60, inciso III, procedeu-se ao levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções disponíveis, mapear fornecedores atuantes no segmento e subsidiar a definição da alternativa mais adequada para atendimento da demanda da Polícia Militar do Distrito Federal.
- 5.3. O levantamento foi conduzido com base em múltiplas fontes, de forma a assegurar a amplitude da pesquisa e a aderência às boas práticas consolidadas pelo Tribunal de Contas da União, que orienta a Administração a considerar não apenas a existência de soluções, mas também sua viabilidade técnica, econômica e operacional.
- 5.4. Inicialmente, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em sistemas oficiais de compras públicas, abrangendo contratações realizadas no âmbito federal, estadual, distrital e municipal em todo o território nacional, com vistas à identificação de contratações similares ao objeto pretendido.
- 5.5. Conforme demonstrado no relatório de pesquisa de preços 198994008, foram identificadas diversas contratações públicas envolvendo o fornecimento de alimentação preparada, conforme exemplificado na tabela a seguir:

Nº	Tipo	Nº da Contratação	Órgão	ID PNCP
1	Pregão	90077/2025	Secretaria de Estado de Economia do DF	00394684000153-1-000102/2025
2	Contrato	24/2025	Polícia Militar do Pará	05054994000142-1-000010/2025
3	Ata	0001/2025	Polícia Federal – CE	00394494000136-1-000133/2025
4	Contratação Direta	001/2026	Polícia Civil de Rondônia	01664910000131-1-000001/2026

- 5.6. A análise dessas contratações evidenciou que, embora exista ampla utilização de serviços de fornecimento de alimentação no âmbito da Administração Pública, as condições de execução variam significativamente entre os entes federativos, especialmente em razão de fatores logísticos, operacionais e regionais.
- 5.7. Com foco no mercado relevante da contratação, foram analisadas contratações realizadas no âmbito do Distrito Federal, destacando- se aquelas com maior aderência às condições de execução pretendidas.
- 5.8. Verificou-se que há contratações locais estruturadas para fornecimento de alimentação preparada, com execução contínua e logística compatível, o que evidencia a existência de mercado fornecedor apto a atender a demanda da Administração, conforme demonstrado no relatório de pesquisa de preços 198994008.
- 5.9. Em complemento à análise de contratações públicas, foi realizada pesquisa direta junto ao mercado fornecedor, nos termos do art. 88, inciso IV, do Decreto nº 44.330/2023, bem como levantamento por meio de pesquisa em sítios eletrônicos, com o objetivo de identificar empresas atuantes no segmento.
- 5.10. Foram identificadas diversas empresas com atuação no Distrito Federal, inclusive com histórico de participação em contratações públicas, conforme consta do relatório de pesquisa de preços.

5.11. A título exemplificativo, destacam-se os seguintes fornecedores:

Empresa	Nome Fantasia	Segmento
O Universitário Restaurante Ind. Com. e Agropecuária Ltda	Gran Nutriz	Refeições coletivas
Vega Empresa de Serviços Gerais Ltda	Best Meal	Alimentação corporativa
AZTER Soluções Ltda	-	Alimentação e eventos
Sal Refeições	-	Refeições preparadas
Sanoli Alimentos	-	Alimentação industrial

5.12. Ressalta-se que, conforme registrado no relatório, houve efetiva apresentação de propostas comerciais por empresas do setor, demonstrando que o mercado possui capacidade operacional, experiência e estrutura compatível com as exigências do objeto, incluindo preparo, acondicionamento e entrega das refeições.

Análise das alternativas de solução

5.13. Com base no levantamento de mercado realizado, foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

- Alternativa 1 – Execução direta pela Administração

5.13.1. A execução direta do objeto pela Administração, mediante estrutura própria para preparo e fornecimento de alimentação, mostra-se inviável, tendo em vista a inexistência de infraestrutura adequada, a necessidade de mobilização de recursos humanos especializados, aquisição contínua de insumos perecíveis, bem como o cumprimento de rigorosas exigências sanitárias.

5.13.2. Ademais, tal modelo contraria o princípio da eficiência e da economicidade, na medida em que implicaria custos fixos elevados e baixa flexibilidade operacional, não se revelando adequado para a natureza da demanda.

- Alternativa 2 – Adesão à Ata de Registro de Preços

5.13.3. Foi analisada a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 0027/2026 – Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

5.13.4. Contudo, verificou-se que, embora haja similaridade genérica quanto ao objeto, a referida ata não atende integralmente às necessidades específicas da PMDF, especialmente no que se refere: (i) composição e variedade do cardápio exigido; (ii) às condições específicas de execução do serviço (logística, frequência e forma de fornecimento); (iii) e ao quantitativo registrado, que se mostra insuficiente para atender à demanda estimada.

5.13.5. Dessa forma, a adesão à ata não se revela solução adequada, sob pena de comprometimento da execução contratual e da qualidade do serviço.

- Alternativa 3 – Contratação de empresa especializada (Solução recomendada)

5.13.6. A contratação de empresa especializada para a preparação e fornecimento de alimentação revela-se como a solução mais adequada para o atendimento da necessidade da Polícia Militar do Distrito Federal, à luz dos elementos levantados no presente estudo e das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

5.13.7. Conforme evidenciado no levantamento de mercado e na pesquisa de preços realizada, verifica-se a existência de mercado fornecedor estruturado e competitivo no âmbito do Distrito Federal, composto por empresas com comprovada experiência na execução de serviços de alimentação preparada, inclusive com histórico de atendimento à Administração Pública. Tais fornecedores dispõem de infraestrutura adequada, corpo técnico especializado e capacidade logística compatível com as exigências do objeto, notadamente no que se refere ao preparo, acondicionamento e entrega de refeições em conformidade com os padrões sanitários e de qualidade exigidos.

5.13.8. Adicionalmente, a natureza do objeto — que envolve insumos perecíveis, preparo contínuo e distribuição em prazos reduzidos — demanda estrutura operacional específica e especializada, a qual não se mostra compatível com a execução direta pela Administração. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada permite a transferência dos riscos operacionais inerentes à atividade, bem como assegura maior eficiência na prestação do serviço, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

5.13.9. Destaca-se, ainda, que a adoção dessa solução possibilita maior flexibilidade operacional, permitindo a adequação do fornecimento às variações de demanda, bem como a padronização da qualidade dos serviços prestados, fatores essenciais para garantir a segurança alimentar dos custodiados sob responsabilidade da Administração.

5.13.10. Sob a ótica da vantajosidade, a contratação de empresa especializada também se mostra mais adequada, na medida em que o mercado apresenta preços compatíveis e competitivos, conforme demonstrado na pesquisa realizada, permitindo a obtenção de proposta mais vantajosa mediante regular procedimento licitatório ou contratação correlata.

5.13.11. Dessa forma, considerando a existência de mercado fornecedor apto, a natureza técnica e operacional do objeto, bem como os princípios que regem as contratações públicas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a preparação e fornecimento de alimentação constitui a solução mais eficiente, segura e adequada para atendimento da demanda da Polícia Militar do Distrito Federal.

5.14. Assim, o presente levantamento de mercado evidencia a viabilidade da contratação pretendida, fornecendo base técnica consistente para a continuidade do processo de planejamento da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo deverá obedecer à prestação do serviço de fornecimento e entrega de refeições para os presos reclusos no Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma diária.

ESPECIFICAÇÕES

6.2. As refeições serão as seguintes, sendo o fornecimento **DIÁRIO** e o **CARDÁPIO SEMANAL**:

TIPO DE REFEIÇÃO	COMPOSIÇÃO PER CAPITA (PORÇÃO EM GRAMA/ML)
CAFÉ DA MANHÃ/ LANCHE DA TARDE/CEIA	PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 2 vezes por semana;
	PÃO DOCE OU ROSCA DOCE - 01 unidade, no mínimo de 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, devendo ser servido 1 vez por semana;
	PÃO FRANCÊS – 01 unidade, no mínimo 50g, fatiado ao meio e passado no mínimo 10g de margarina/manteiga, com queijo e presunto 30g, devendo ser servido 03 vezes por semana;
	BOLO – 02 fatias, de no mínimo 100g, devendo ser servido, 01 vez por semana;

	<p>SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre</p> <p>30% e 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 4 vezes por semana;</p>
	<p>ACHOCOLATADO industrializado ou bebida láctea fermentada 200ml. Devendo ser servido 3 vezes por semana.</p>
	<p>ARROZ, agulhinha, tipo 1 – 200g, com variações diárias: branco, à grega, risoto, carreteiro, ao forno;</p>
	<p>FEIJÃO, tipo 1 – 150g, com variações diárias: carioca, corda, preto e branco;</p>
	<p>BAIÃO – 350g, conforme básico diário, 200g de arroz e 150g de feijão.</p>
	<p>PRATO PRINCIPAL/VARIAÇÕES</p>
	<p>É proibida a utilização de ovo, salsicha, carne moída e soja como PRATO PRINCIPAL, apenas como itens para COMPLEMENTO;</p>
	<p>CARNE BOVINA SEM OSSO – 130g, com variações: bife, tiras assadas, picados e à milanesa;</p>

CARNE BOVINA COM OSSO – 180g, com variações: costela, bisteca

CARNE BOVINA SEM OSSO E COM MOLHO – 150 gramas, sendo 130 gramas de carne e 20g de molho. Variações: almôndegas, picadinho (cubos de carne de no mínimo 20g cada), bife à rolê, bife ao molho;

OBSERVAÇÃO: Carne bovina deverá ser servida 03 vezes por semana. É proibida a utilização de proteínas com osso para pesos abaixo de 180g

COXA E SOBRECOXA DE FRANGO – 180g, com variações: assada, frita, grelhada ou ao molho (sendo o molho com 20g, totalizando 200g)

PEITO DE FRANGO – 130, com variações: assado, frito, grelhado, à Milanesa ou ao molho (sendo o molho com 20 gramas, totalizando 150g)

OBSERVAÇÃO: Frango: 02 vezes por semana, sendo assado no mínimo 01 vez por semana e no mínimo 01 vez por semana tipo peito

FILÉ DE PEIXE – 130g, com variações: assado, frito, grelhado, à milanesa ou ao molho (sendo o molho com 20g, totalizando 150g)

CARNE SUÍNA SEM OSSO – 130 g, com variações: assada, frita ou ao molho (sendo o molho com 20g, totalizando

ALMOÇO E JANTAR

OBS: Compreende o BÁSICO DIÁRIO (arroz e feijão) mais o PRATO PRINCIPAL e os COMPLEMENTOS - 1 e 2 perfazendo, no mínimo, 600 g (seiscentos gramas)

150g)
CARNE SUÍNA COM OSSO – 180g, com variações: assada, frita ou ao molho (sendo o molho com 20g, totalizando 200g)
CARNE DE SOL – 130g, com variações: assada/grelhada ou frita
OBSERVAÇÃO: Peixe, carne de sol e suíno: no mínimo 01 vez por semana
DOBRADINHA ou PANELADA sem osso – 160g
FEIJOADA – 280g, sendo 150g de feijão, conforme básico diário, acrescentado de no mínimo 130g de carne sem osso ou 180g de carne com osso
OBSERVAÇÃO: Feijoada, Dobradinha ou Panelada no máximo 01 vez por semana
COMPLEMENTOS 01 (à base de massas e farinhas, apenas 01 tipo)
MACARRÃO – 80g, com variações: espaguete, parafuso, talharim

	FAROFA – 70g, com variações: ovos, bacon, torresmo, cenoura, acebolada, de cuscuz, calabresa, paçoca
	TORTAS – 80g, com variações: legumes, frios, outros
	COMPLEMENTOS 02 (à base de vegetais, apenas 01 tipo)
	SUFLÊS – 80g, com variações: cenoura, chuchu, ervilha, legumes, outros
	BATATA – 80g, com variações: sauté, assada, corada, doce, frita, cozida, purê
	MACAXEIRA – 80g, com variações: frita, cozida, amanteigada, purê
	SALADA DE LEGUMES COZIDOS – 100g, com variações: cenoura, chuchu, beterraba, abóbora, brócolis e outros. Devendo ser servido no mínimo 4 vezes por semana
	SALADA CRUA – 60g, com variações: acelga, alface, cenoura, beterraba, repolho, outros. Devendo ser servido no mínimo 1 vez por semana
	OBSERVAÇÃO: Todas as per capitas acima citadas nos cardápios são de alimentos prontos para consumo
	SUCO DE FRUTAS INDUSTRIALIZADO DO TIPO NÉCTAR contendo entre
	30% e 50% de polpa de fruta de no mínimo 200 ml. Devendo ser servido 07 (sete) vezes por semana

HIDRATAÇÃO E SOBREMESA	SOBREMESA: Será servida diariamente, durante o almoço: Doces industrializados embalados individualmente (30g cada unidade – 04 vezes por semana)
	SOBREMESAS ELABORADAS: (100g cada unidade – 03 vezes por semana): gelatina, pudim, doce de leite, doce de mamão, salada de frutas, entre outras. Serão servidas diariamente, durante o jantar, frutas da época (80g cada fatia/unidade)
CARDÁPIO PARA FESTAS	Elaborar cardápios diferenciados para datas especiais: Semana Santa, Natal e Ano Novo, observadas as características de atendimento e costumes regionais.

6.3. Estes ingredientes deverão vir devidamente preparados, temperados, bem cozidos e/ou fritos, assados e acondicionados em embalagens em isopor descartáveis, no formato retangular, com aproximadamente 21,5 cm de lateral por 27,5 cm de frente e 5,2 cm de altura, contendo 04 (quatro) divisões internas; sendo uma divisão para o arroz e feijão, uma divisão para o prato principal, uma divisão para o complemento 1 e a última divisão para o complemento 2, com tampa do mesmo material. A salada deverá ser fornecida em copo de papel descartável branco com tampa, com aproximadamente 93 mm de altura, 45,5 mm largura da base e 69 mm de largura da boca, com capacidade de 180 ml, separada do “Kit-refeição”. O café da manhã/ceia/lanche da tarde deverão ser enviados devidamente embalados em porções individuais.

- MARMITA**



RECIPIENTE DAS SOBREMESAS ELABORADAS E DA SALADA



6.4. As embalagens de isopor com repartição e a de papel descartável são mais adequadas para o fornecimento das refeições por não permitirem a mistura dos alimentos. Havendo necessidade de adequação de recipientes para armazenamento de líquidos, solicitada pela empresa, deve haver anuência da fiscalização do contrato.

6.5. As refeições serão fornecidas diariamente, ininterruptamente, todos os dias úteis ou não, nos seguintes horários:

- CAFÉ DA MANHÃ entre 08:00 e 08:30 horas;
- ALMOÇO entre 11:00 e 11:30 horas;
- LANCHE DA TARDE entre 15:00 e 15:30 horas;

- JANTAR entre 18:30 e 19:00 horas;
- CEIA entre 18:30 e 19:00 horas.

6.6. A rigidez do horário de entrega das refeições se **deve** à necessidade de evitar que lapsos temporais elásticos acarretem prejuízos às características microscópicas, microbiológicas e organolépticas (cor, odor, sabor, aparência e consistência) dos alimentos.

6.7. “Kit refeição com hidratação – Almoço/Jantar” será composto ainda de:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE
01	Colher plástica rígida descartável.	01 (uma)
02	Garfo plástico rígido descartável.	01 (um)
03	Faca plástica rígida descartável.	01 (uma)
04	Guardanapo em papel absorvente, formato quadrado, de no mínimo 10x10cm, vedado o papel de seda.	02 (duas) folhas
05	Marmitas de isopor com 4 (quatro divisões) internas com tampa – 1500 ml.	01 (um)
06	Copos de papel descartável branco com tampa para acondicionamento da salada – 180 ml.	01 (um)

6.8. A colher, o garfo, a faca e as folhas de guardanapo deverão vir embalados juntos.

6.9. Cada “kit-refeição” deverá vir ensacado em plástico fechado, com todos os seus componentes, sem prejuízo das demais embalagens. Deverá ainda ser fornecido quente, no mínimo a 35°C (trinta e cinco graus Celsius).

6.10. A hidratação deverá vir em embalagem individual, descartável, lacrada adequadamente, com todos os seus componentes. Deverá ainda ser fornecida em temperatura ambiente.

6.11. A Padronização de dietas especiais para internos com comorbidades específicas e/ou restrições alimentares ou questões religiosas deverá seguir a Resolução nº 3, de 05 de outubro de 2017, que dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional, cardápios especiais deverão ser oferecidos individualmente quando houver indicação por razões de saúde, como comorbidades específicas e/ ou restrições alimentares, ou mesmo por exigências religiosas.

6.12. As dietas especiais devem seguir as observações abaixo em relação às restrições ou modificações que devem ser feitas em cada caso. A fim de padronizar a oferta dessas refeições foi padronizado aqui 7 tipos de dietas, incluindo a dieta normal:

- **Normal** - sem restrições alimentares
- **Especial** - para diabéticos, hipertensos, dislipidêmicos e/ou com problemas gástricos: A dieta deve ser balanceada contendo frutas e verduras, rica em fibras e com restrição de sódio. Os alimentos devem ser preparados sem adição de açúcar e sal. As preparações de carnes devem ser feitas preferencialmente assadas grelhadas. As sobremesas devem ser somente compostas por frutas.
- **Hipercalórica ou hipocalórica** - casos excepcionais (ganho ou perda de peso) Deve ser avaliado caso a caso e com indicação médica deve ser acrescido ou reduzido o valor calórico entre 25 a 50%.
- **Intolerância à lactose ou glúten** - restrição desses alimentos: Os alimentos que possuem lactose ou glúten não devem ser ofertados a esses presos, devendo ser substituídos por outros equivalentes conforme descritos no cardápio.
- **Líquida/pastosa** - casos excepcionais (problemas de digestão): Preparar os alimentos com consistência macia/ pastosa ou mesmo líquida, que se dissolvam na boca, para presos com problemas de digestão ou dificuldade de mastigação.
- **Religião** - conforme restrição de sua religião: A religião muçulmana tem restrições de consumo de carne de porco e sangue de animal, devendo então, quando tiverem esses alimentos no cardápio, serem substituídos por outros alimentos permitidos pela religião.
- **Vegetariana** - restrição de consumo de proteína animal: As proteínas animais das grandes refeições devem ser substituídas por ovo. Em todas as dietas especiais deve ser observada a necessidade de inclusão/substituição de alimentos diferenciados, sendo que esses devem ser equivalentes em calorias e/ou quantidades aos alimentos ofertados nas dietas regulares. Ex: pão integral, arroz integral, macarrão integral, alimentos sem adição de açúcar ou sal.

6.13. As empresas participantes deverão apresentar planilha de preços individualizados por item, consoante medidas e se necessário, o fornecimento nas condições de cada dieta solicitada pela CONTRATANTE.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

6.14. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

Justificativa: O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente conhecidas no setor de alimentação coletiva, não demandando soluções inovadoras ou elevada complexidade técnica. Trata-se de serviço padronizável, cujas características — como composição das refeições, porções per capita, condições de preparo, acondicionamento, transporte e entrega — podem ser descritas de forma clara e precisa, permitindo a comparação objetiva entre propostas. Ademais, o levantamento de mercado evidenciou a existência de diversos fornecedores aptos à execução do objeto, com experiência consolidada em contratações similares, o que reforça seu caráter comum e a adequação da adoção de critérios objetivos de julgamento, em conformidade com a legislação vigente e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

6.15. O serviço é enquadrado como continuado.

Justificativa: O serviço objeto da presente contratação enquadra-se como continuado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e, por se tratar de atividade cuja necessidade se prolonga no tempo de forma permanente e indispensável à manutenção das atividades institucionais da Polícia Militar do Distrito Federal, notadamente no que se refere ao fornecimento diário e ininterrupto de alimentação aos custodiados. Trata-se de serviço essencial, cuja interrupção compromete diretamente a segurança, a ordem interna e o cumprimento de direitos fundamentais assegurados aos internos, exigindo execução contínua, regular e previsível, sem solução de continuidade. Ademais, a natureza do objeto demanda prestação sucessiva ao longo do tempo, com entregas diárias e padronizadas, não se esgotando em uma única execução, o que caracteriza, sob o ponto de vista técnico e jurídico, a sua natureza continuada.

Da Vedação ao Consórcio

6.16. Será vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa: A vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio justifica-se pela natureza comum, padronizada e de baixa complexidade técnica do objeto, o qual não demanda a conjugação de capacidades técnico-operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução, sendo plenamente exequível por fornecedores individuais atuantes no mercado de alimentação coletiva, conforme evidenciado no levantamento de mercado realizado.

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a admissão de consórcio constitui faculdade da Administração, devendo ser afastada quando não agregar competitividade ou quando puder comprometer a eficiência, a gestão e a fiscalização contratual. No caso em análise, a formação de consórcio poderia dificultar a responsabilização, a padronização da execução e o controle sanitário dos serviços, além de não se mostrar necessária para ampliar o universo de competidores.

Da Participação da Sociedade Cooperativa

6.17. A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:

Súmula 281 - TCU "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

Da não aplicação da cota reservada

6.18. No que se refere à presente contratação, optou-se por não aplicar a sistemática da cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, ainda que o objeto, em tese, comporte divisão. Tal decisão fundamenta-se nas características específicas da contratação, especialmente quanto à necessidade de execução integrada, contínua e padronizada do serviço de fornecimento de alimentação preparada.

5.19. O objeto envolve o preparo, acondicionamento e entrega diária de refeições destinadas a custodiados, exigindo rigoroso controle de qualidade, observância de normas sanitárias, padronização nutricional e regularidade logística. A eventual divisão da contratação entre fornecedores distintos — em decorrência da aplicação de cota reservada — poderia comprometer a uniformidade do serviço, gerar variações indesejáveis na qualidade das refeições e dificultar a garantia de segurança alimentar, aspectos essenciais à adequada execução contratual.

6.20. Ademais, a natureza perecível dos insumos e a necessidade de fornecimento ininterrupto, em horários previamente definidos, demandam elevada coordenação operacional, o que é melhor assegurado por um único fornecedor responsável pela totalidade da execução. O fracionamento do objeto, nessas condições, tende a aumentar a complexidade da gestão contratual, dificultar a fiscalização, ampliar riscos de falhas no abastecimento e comprometer a continuidade do serviço, o que se mostra incompatível com a criticidade da demanda.

6.21. Importa destacar que a própria legislação admite a não aplicação da cota reservada quando houver justificativa técnica que demonstre prejuízo à execução do objeto ou ao interesse público, sendo essa orientação corroborada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a mitigação de benefícios às micro e pequenas empresas quando comprovadamente incompatíveis com as características da contratação.

6.22. Dessa forma, considerando a necessidade de padronização, continuidade, segurança alimentar e eficiência na execução do serviço, conclui-se que a não aplicação da cota reservada constitui medida tecnicamente adequada e alinhada ao interesse público, sem prejuízo à competitividade do certame, uma vez evidenciada a existência de mercado fornecedor apto à execução integral do objeto.

Da Adesão à Ata de Registro de Preços

6.23. Não será admitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento.

Justificativa: A não admissão de adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento justifica-se pelas especificidades do objeto e pelas condições operacionais da contratação, que envolvem o fornecimento contínuo, diário e ininterrupto de alimentação a custodiados em ambiente sensível e com rigorosos requisitos sanitários, logísticos e de segurança. O dimensionamento dos quantitativos foi realizado com base na demanda

específica da Polícia Militar do Distrito Federal, considerando a capacidade do Núcleo de Custódia e as particularidades do fluxo de internos, de modo que eventual adesão por outros órgãos poderia comprometer o equilíbrio entre oferta e demanda, impactar a capacidade operacional da contratada e gerar riscos à continuidade e à qualidade do serviço. Ademais, a ampliação não planejada dos quantitativos poderia acarretar distorções na execução contratual, dificultar a fiscalização e comprometer a eficiência da gestão, razão pela qual, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da segurança da contratação, entende-se adequada a vedação à adesão por órgãos não participantes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição das quantidades a serem contratadas constitui etapa essencial do planejamento da contratação, conforme dispõe o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possibilita dimensionar adequadamente os recursos necessários para atender às demandas institucionais. Os quantitativos foram estimados de acordo com a capacidade máxima do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, qual seja **de até 101 (cento e um) reclusos**.

7.2. Ademais, destaca-se que o cenário normativo recente, especialmente com a edição da Lei nº 14.751/2023, que estabelece normas gerais para a organização e funcionamento das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, introduziu disposições que podem impactar o fluxo de custodiados sob responsabilidade da Corporação. Referida norma prevê, em determinadas situações, o cumprimento de pena privativa de liberdade em unidade prisional militar ou, na sua ausência, em unidade prisional especial, quando presentes condições que assim o exijam.

7.3. Nesse contexto, ainda que não seja possível mensurar com precisão o impacto quantitativo imediato, é razoável admitir a possibilidade de aumento do número de custodiados no Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, o que justifica a adoção de estimativa dimensionada com margem de segurança, a fim de garantir a continuidade e a regularidade do fornecimento de alimentação.

7.4. Todavia, tal quantitativo não vincula a administração à obrigatoriedade de solicitar a demanda em sua máxima totalidade.

7.5. A composição e a forma de fornecimento da alimentação a ser servida constam neste Estudo, conforme Item 6 - Descrição da solução como um todo (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia).

7.6. Cabe ressaltar que existe grande variação com relação à quantidade de custodiados, tendo em vista a chegada, bem como a soltura, de presos e, diante disso, faz-se necessário que conste em contrato que a demanda diária ficará vinculada à quantidade de custodiados existentes no Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal a cada dia. Tal variação será comunicada à empresa pelo gestor do referido contrato e a quantidade máxima de refeições ficará limitada à tabela abaixo:

LOTE	CATSER	ITEM	REFEIÇÃO	QUANTIDADE DIÁRIA	QUANTIDADE MENSAL (A)	MÁXIMA	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL (A) x 12

1	5320	1	Café da manhã	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades
		2	Almoço	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades
		3	Lanche da tarde	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades
		4	Jantar	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades
		5	Ceia	até 101 unidades	até 3.030 unidades	até 36.360 unidades

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.053.512,80

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 100 a 104 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, a partir da realização de ampla pesquisa de mercado, contemplando múltiplas fontes de preços, públicas e privadas, de modo a assegurar a compatibilidade dos valores com a realidade mercadológica do objeto.

8.2. A metodologia adotada compreendeu a coleta, tratamento e análise crítica dos preços obtidos, com a exclusão de valores inexequíveis, inconsistentes ou não aderentes às condições da contratação, mediante critérios objetivos e fundamentados, incluindo a aplicação de tratamento estatístico e juízo técnico quanto à representatividade dos dados.

8.3. A análise detalhada da pesquisa de preços, incluindo as fontes consultadas, a metodologia empregada, os critérios de validação e exclusão de dados, bem como a formação da cesta de preços válida, encontra-se devidamente consolidada no Relatório de Pesquisa de Preços (198994008), que integra o presente processo e deve ser considerado para fins de compreensão completa da formação do valor estimado.

8.4. Com base na planilha comparativa de preços e nos dados considerados válidos, foram apurados os seguintes valores unitários estimados:

- Café da manhã: R\$ 12,49

- Almoço: R\$ 22,62
- Lanche da tarde: R\$ 13,90
- Jantar: R\$ 19,97
- Ceia: R\$ 15,00

8.5. Consideradas as quantidades estimadas para o período de referência, o valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 3.053.512,80 (três milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e doze reais e oitenta centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve, sempre que possível, promover o parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável.

9.2. No caso em análise, verificou-se que o parcelamento da contratação não se mostra adequado, uma vez que o objeto demanda execução integrada, contínua e coordenada, especialmente em razão das particularidades operacionais e das restrições de segurança inerentes ao Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal.

9.3. A eventual contratação de múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização dos serviços, dificultar o controle logístico, aumentar a complexidade da fiscalização contratual e elevar o risco de falhas na execução, sobretudo no que se refere ao acesso às dependências da unidade e ao cumprimento de protocolos de segurança institucional.

9.4. Ademais, a execução centralizada por um único contratado possibilita maior controle administrativo, melhor gestão contratual, uniformidade na prestação dos serviços e redução de riscos operacionais, fatores essenciais em ambiente de custódia.

9.5. Sob o aspecto econômico, a contratação por lote único tende a favorecer ganhos de escala, possibilitando maior eficiência na execução e potencial redução de custos para a Administração, sem prejuízo à competitividade, desde que os itens agrupados guardem compatibilidade e correlação entre si.

9.6. Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a adoção de lote único quando devidamente justificada, conforme entendimento consolidado no Acórdão nº 5.260/2011 – 1ª Câmara, desde que os itens sejam de mesma natureza e haja demonstração de vantajosidade.

9.7. Diante do exposto, conclui-se que a contratação deverá ser realizada em lote único, por se mostrar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo a eficiência administrativa e a segurança na execução contratual.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se vislumbra a necessidade de contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 08942610000116-0-000004/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 25/03/2026;

III) Id do item no PCA: 206713;

IV) Classe/Grupo: 39.41.00.003 - Serviços de fornecimento de refeições preparadas, Lanches e similares;

V) Identificador da Futura Contratação: 41.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A alimentação adequada e segura é um elemento fundamental na gestão e manutenção de qualquer instituição, especialmente quando se trata do sistema prisional. No Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, onde a segurança e o bem-estar dos presos são prioridades, a qualidade da alimentação desempenha um papel crucial não apenas na saúde física dos detentos, mas também na manutenção da ordem e na prevenção de conflitos.

- **Segurança e Ordem:** Uma alimentação balanceada e de qualidade contribui para o equilíbrio emocional e físico dos detentos, reduzindo o potencial de conflitos e distúrbios dentro do Núcleo de Custódia. Refeições regulares e nutritivas ajudam a manter um ambiente mais calmo e controlado, essencial para a segurança tanto dos presos quanto dos funcionários.
- **Saúde e Bem-Estar:** Uma dieta adequada não apenas sustenta a saúde dos presos, mas também pode ter um impacto positivo em sua reabilitação física e mental. Nutrientes adequados ajudam a fortalecer o sistema imunológico dos detentos, reduzindo a propagação de doenças e promovendo condições de saúde favoráveis dentro do Núcleo de Custódia.
- **Cumprimento de Normas e Diretrizes:** A contratação de um serviço de fornecimento de alimentação para os presos do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal também está alinhada com as normas e diretrizes estabelecidas para o tratamento digno e respeitoso dos detentos. Oferecer refeições que atendam aos padrões nutricionais adequados demonstra o compromisso da instituição com o respeito aos direitos humanos e com a legislação vigente.
- **Eficiência Operacional:** Ao terceirizar o fornecimento de alimentação, a instituição pode dedicar seus recursos humanos e financeiros a outras áreas críticas de operação e segurança dentro do Núcleo de Custódia. Isso permite uma gestão mais eficiente e focada, garantindo que os recursos disponíveis sejam alocados de forma estratégica para atender às necessidades prioritárias da instituição.

12.2. Além disso, dispor a todos os internos custodiados no Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal o fornecimento de alimentação, garantindo a subsistência dos internos.

Garantir o exarado na Lei de Execução Penal, lei nº7.210, Seção II, Da Assistência Material, Art. 12. (...)

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. (...)

Bem como no disposto na Resolução Federal nº 3, de 05 de outubro de 2017 que dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional, trata da assistência material de alimentação:

(...)

Art. 3º - As refeições oferecidas deverão ser planejadas para cobrir, 100% das necessidades nutricionais diárias dos indivíduos e grupos atendidos.

§ 1º Considerando o Guia Alimentar para a população brasileira, as refeições deverão ser feitas em horários regulares, preferencialmente em companhia. Às pessoas privadas de liberdade, deverão ser ofertadas, minimamente, **cinco refeições diárias**: o desjejum, o almoço, o lanche, o jantar e a ceia. Os cardápios devem ser calculados com base nas recomendações (e alterações posteriores) da Organização Mundial da Saúde – OMS, que apresentam os seguintes valores de referência (...)

§ 7º – Os cardápios deverão oferecer, no mínimo, **cinco porções** de frutas, verduras e/ou legumes in natura por dia (400g/dia) nas refeições ofertadas, sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a oferta de frutas in natura.

E nas outras legislações correlatas:

Na Lei Federal n. 7.289, de 18 de dezembro de 1984, Estatuto da PMDF, os policiais militares fazem jus a tal direito: (...)

Art. 50 - São direitos dos policiais-militares:

IV - nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas ou peculiares:

g) a alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos policiais-militares em atividade. (...)

Regimento Interno Penitenciário do Núcleo de Custódia Policial Militar – RIP:

(...)

Art. 60. Constituem direitos do interno:

I – Alimentação suficiente e vestuário. (...)

12.3. Em suma, a contratação de um serviço de fornecimento de alimentação para os presos do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal não é apenas uma medida essencial para garantir a segurança, a saúde e o bem-estar dos detentos, mas também reflete o compromisso da instituição com a promoção de um ambiente prisional digno, seguro e humanizado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a adequada implementação da contratação, não se vislumbram providências estruturais complexas ou dependentes de investimentos prévios pela Administração, tendo em vista que o objeto será integralmente executado por empresa especializada, a qual deverá dispor de todos os meios necessários à sua execução.

13.2. Não obstante, identifica-se a seguinte providência administrativa necessária para assegurar a adequada gestão e fiscalização contratual:

Designação formal de equipe de fiscalização, composta por fiscal técnico e administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com atribuição de acompanhar a execução contratual, especialmente quanto à qualidade das refeições, pontualidade das entregas e conformidade com as exigências sanitárias.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A futura contratada deverá, sob as penas previstas em lei, atender aos procedimentos disponibilizados de forma a evitar quaisquer danos ao meio ambiente, ao patrimônio, às instalações e à imagem da Contratante.

14.2. A licitante deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital n.º 4.770/2012, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.3. Para o fornecimento de gêneros de alimentação e hidratação, deverão ser observadas integralmente a Resolução RDC/ANVISA nº 216/2004 e demais normas sanitárias federais, distritais e municipais, assegurando condições adequadas de higiene, preparo e transporte dos alimentos.

14.4. Para mitigação desses impactos, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- **Eficiência no uso de recursos:** priorização de equipamentos, materiais e processos que assegurem baixo consumo de energia elétrica, água e combustíveis durante a execução contratual.
- **Logística reversa e destinação adequada:** recolhimento de embalagens, resíduos e refugos, com destinação final ambientalmente adequada e, sempre que possível, encaminhamento para reciclagem, em consonância com a PNRS.
- **Redução e reutilização:** adoção de embalagens sustentáveis, preferencialmente recicláveis ou biodegradáveis, e incentivo à reutilização de materiais, minimizando a geração de lixo.
- **Controle de resíduos operacionais:** higienização adequada dos veículos de transporte.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, bem como adequada ao atendimento da necessidade da Polícia Militar do Distrito Federal.

15.2. O levantamento de mercado demonstrou a existência de fornecedores aptos à execução do objeto, enquanto a pesquisa de preços evidenciou a compatibilidade dos valores estimados com a realidade mercadológica, conforme detalhado no Relatório de Pesquisa de Preços (198994008).

15.3. A solução proposta mostra-se alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, não se identificando óbices relevantes à sua implementação.

15.4. Dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo.

ANEXO C

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por finalidade estabelecer critérios objetivos para avaliação da qualidade dos serviços de preparo, fornecimento e entrega de alimentação aos custodiados do Núcleo de Custódia da Polícia Militar do Distrito Federal, permitindo a mensuração do desempenho da contratada e a adequada vinculação do pagamento aos resultados obtidos, em conformidade com as melhores práticas de gestão contratual.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1. Para fins deste instrumento, considera-se:
- 2.1.1. Conformidade: atendimento integral aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e demais normas aplicáveis;
 - 2.1.2. Não conformidade: descumprimento parcial ou total dos requisitos estabelecidos;
 - 2.1.3. Reincidência: repetição de não conformidade em período consecutivo ou alternado dentro da mesma competência mensal;
 - 2.1.4. Período de apuração: intervalo mensal considerado para consolidação dos resultados dos indicadores.

3. INDICADORES

Indicador 1	
Indicador 1 – Pontualidade na entrega das refeições	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a regularidade e continuidade do fornecimento alimentar aos custodiados.
Meta a cumprir	100% das refeições entregues dentro dos horários estabelecidos.
Instrumento de medição	Registro de horário de entrega realizado pela fiscalização contratual.
Forma de acompanhamento	Conferência direta no ato da entrega.
Periodicidade	Diária, com consolidação mensal.
Mecanismo de Cálculo	Número de entregas realizadas no prazo ÷ total de entregas no período.

Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none">• ≥ 95% → 100% do valor devido• 90% a 94,9% → 98% do valor• 80% a 89,9% → 95% do valor• < 80% → 90% do valor
Sanções	Reincidência poderá ensejar aplicação das penalidades previstas no contrato.
Observações	Tolerância máxima de 15 minutos por entrega.

Indicador 2	
Indicador 2 – Qualidade higiênico-sanitária	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a qualidade sanitária e a segurança alimentar das refeições fornecidas.
Meta a cumprir	100% de conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.
Instrumento de medição	Checklist de inspeção sanitária aplicado pela fiscalização.
Forma de acompanhamento	Inspeção visual e avaliação sensorial (prova), realizada no ato da entrega, com verificação das condições de aparência, odor, sabor e temperatura dos alimentos, a fim de identificar possíveis alterações ou impropriedades para consumo.
Periodicidade	Diária, com consolidação mensal.
Mecanismo de Cálculo	Número de entregas conformes ÷ total de entregas avaliadas.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none">• 100% → 100% do valor devido• 95% a 99,9% → 98% do valor• 90% a 94,9% → 95% do valor

	<ul style="list-style-type: none">< 90% → 90% do valor
Sanções	Irregularidades graves poderão ensejar rejeição do objeto e aplicação de penalidades.
Observações	Deve observar integralmente as normas sanitárias vigentes.

Indicador 3	
Indicador 3 – Conformidade do cardápio	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a adequação nutricional e a padronização das refeições fornecidas.
Meta a cumprir	100% de conformidade com o cardápio previamente estabelecido.
Instrumento de medição	Conferência entre cardápio previsto e itens entregues.
Forma de acompanhamento	Verificação visual no recebimento.
Periodicidade	Diária, com consolidação mensal.
Mecanismo de Cálculo	Número de refeições conformes ÷ total de refeições avaliadas.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none">100% → 100% do valor devido95% a 99,9% → 98% do valor90% a 94,9% → 95% do valor< 90% → 90% do valor
Sanções	Substituições não autorizadas poderão ensejar penalidades.
Observações	Alterações somente com autorização prévia da fiscalização.

Indicador 4	
Indicador 4 – Acondicionamento e apresentação	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a integridade, adequada separação e condições de consumo dos alimentos.
Meta a cumprir	100% de conformidade com os padrões estabelecidos.
Instrumento de medição	Checklist de verificação de acondicionamento.
Forma de acompanhamento	Inspeção visual no ato da entrega.
Periodicidade	Diária, com consolidação mensal.
Mecanismo de Cálculo	Número de entregas adequadas ÷ total de entregas avaliadas.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none">• 100% → 100% do valor devido• 95% a 99,9% → 98% do valor• 90% a 94,9% → 95% do valor• < 90% → 90% do valor
Sanções	Não conformidades reiteradas poderão ensejar penalidades contratuais.
Observações	Deve observar os padrões definidos nas Especificações Técnicas.

ANEXO D**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E MANUTENÇÃO DE SIGILO**

Nos termos do Decreto n.º 7.845, de 14 de novembro de 2012, e da legislação em vigor, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, bem como sobre proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:

1. tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pela Polícia Militar do Distrito Federal e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
2. preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
3. não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
4. não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:
 - (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo;
 - (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito da Polícia Militar do Distrito Federal, salvo autorização da autoridade competente.

Nos termos do decreto distrital nº 35.382, de 29 de abril de 2014, e da legislação em vigor, comprometo-me a manter em sigilo os dados, as informações, os documentos e os materiais sigilosos que, direta ou indiretamente, tiver acesso ou conhecimento.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura

Nome: _____
Empresa: _____
Cargo ou função: _____
Documento de identidade n.º _____ Órgão emissor: _____
CPF: _____ Matrícula: _____

ANEXO E**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ESCRITÓRIO NA LOCALIDADE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) (nome representante legal ou procurador), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação do Pregão Eletrônico ____/____ possui sede, filial ou escritório no Distrito Federal com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração.

Brasília/DF, __ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal ou procurador)
Nome do representante legal ou procurador
(Número da Carteira de Identidade e CPF)

ANEXO II**MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO****POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

(Processo Administrativo n.º.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) E
.....

O Distrito Federal por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, com sede no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis , a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

2. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

11.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.2.6. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.2.7. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.2.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.2.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

OU

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE
M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do Distrito Federal através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no Endereço: Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019****M O D E L O**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
M O D E L O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20__

PROCESSO nº: _____.

PREGÃO ELETRÔNICO nº: ____/20__

VALIDADE: ____ (____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, localizada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, o Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM_____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº ____/2023, Processo SEI nº____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de _____, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (se exigido no Edital)	unidade	Quantidade	Valor unitário	Prazo (garantia ou validade)

--	--	--	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à PMDF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

4. CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento, conforme item 1.7 do Termo de Referência, anexo I do edital.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.19, observando o item 5.19 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.14.2. mantiverem sua proposta original.

5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.16. O registro a que se refere o item 5.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.
- 7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor
- 8.1.1. for liberado pela Administração Pública;
 - 8.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - 8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

8.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

9. CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CLÁUSULA XX - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O instrumento contratual de que trata o item 10.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

11. CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

11.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Chefe do Departamento de Logística e Finanças - CEL QOPM

Licitante vencedor

Testemunha

Testemunha

PREGÃO ELETRÔNICO N. /2026				ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. /2026	
1º LUGAR					
EMPRESA					
CNPJ		INSC. ESTADUAL	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
TELEFONE			ENDEREÇO		
SÓCIO - DIRETOR			RG	CPF	
PROCURADOR			RG	CPF	
1º LUGAR					
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO

--	--	--	--	--	--

PROCESSO Nº PREGÃO Nº /20__					
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº					
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor)					
EMPRESA					
CNPJ	INSC ESTADUAL	BANCO		AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
TELEFONE				ENDEREÇO	
SÓCIO-DIRETOR				RG	CPF
PROCURADOR				RG	CPF
1º LUGAR					
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITARIO



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO MENDES CARVALHO DE SOUSA - CEL QOPM, Matr.0050644-3, Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 11/05/2026, às 15:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **202346605** código CRC= **FA1A598E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAISo Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF
Telefone(s): 3190 5509
Sítio - www.pm.df.gov.br

00054-00011586/2026-96

Doc. SEI/GDF 202346605